



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

JOÃO PESSOA, PB, 21 DE MARÇO DE 1997

Senhor Governador da Paraíba, José Maranhão; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; Senhor Ministro da Educação, Paulo Renato; Senhor Secretário Executivo da Câmara de Políticas Regionais, Ministro Fernando Catão; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhores Governadores; Senador Albano Franco; Governador Francisco Moraes, nosso querido Mão Santa; Senhor Governador Garibaldi Alves; Senhores Senadores que aqui se encontram; Senadores Lucena, Ronaldo Cunha Lima, Suassuna; Senhor Líder do PMDB, Deputado Gedel Vieira Lima; Senhores Deputados Federais, que são numerosos e que me deram a honra da companhia, de estarem aqui presentes; Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Inaldo Leitão; Presidente do Tribunal de Justiça, Rafael Carneiro Arnon; Prefeito de João Pessoa, meu amigo e antigo Ministro, Cícero de Lucena Filho; Senhores Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos; Senhor Secretário da Educação do Maranhão, que tão bem apresentou esse programa que está sendo desenvolvido por lá; Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, queria reafirmar a minha alegria de poder estar, mais uma vez, aqui, na Paraíba e no Nordeste. Não estou querendo

fazer competição de amor ao Nordeste. Certamente, os nordestinos têm razões muito mais diretas para manifestar o seu entusiasmo pelo Nordeste do que o Presidente da República, mas eu, todas as vezes que tenho podido, tenho vindo ao Nordeste para discutir questões concretas a seu respeito.

Quero manifestar o entusiasmo por nós estarmos, nesta manhã, assistindo à finalização de um seminário que diz respeito à educação. Isso é alguma coisa de muito significativo. Acredito que, das muitas obras que um Governo possa fazer – e algumas são urgentes, o Governador Maranhão mencionou algumas delas, e já me referirei a elas, no momento oportuno –, nenhuma obra é mais importante que a educacional.

Eu disse, no ano passado, que nós íamos considerar o ano de 96 como o Ano da Educação. Mas o fato de ter dito que 96 era o Ano da Educação não significa que a preocupação com o problema educacional se possa esgotar num ano; pelo contrário, ele apenas sinalizou o desafio imenso que nós temos que enfrentar, que é o desafio da educação.

E, embora eu tenha dito – e reitero – que quero, neste ano, chamar a atenção para a questão da saúde, considerando 97 o Ano da Saúde, a prioridade número 1 do Brasil é a educação, até porque, se não houver um avanço educacional, tampouco haverá um avanço na saúde. E quem reconhece isso é o próprio Ministro da Saúde, que clama por maior convergência entre os programas do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

Quero, mais uma vez, felicitar o Ministro Paulo Renato. E, ao felicitá-lo, quero felicitar os secretários de estado, das prefeituras e, sobretudo, o professorado brasileiro. Por quê? Porque sempre se falou muito na necessidade de enfrentar o desafio da educação, mas nunca se enfrentou esse desafio com o entusiasmo, a coragem – porque é preciso ter coragem para contrariar interesses que existem nesta área – e a competência com que o Ministro Paulo Renato e todos os demais, que aqui estão dedicados à questão educacional, estão enfrentando.

Não digo isso para gabar por gabar. É porque eu, como todos sabem, passei a vida como professor. Nunca fiz outra coisa na minha vida, a não ser governar o Brasil, que ser professor. Professor de universidade,

desde os 20 anos de idade. Enquanto estudava, fui professor de curso secundário, desde os 18 anos de idade, ou 19. Portanto, tenho uma experiência muito direta do que seja a sala de aula e sei o que significa tentar formar alguém que não teve uma formação básica adequada. E desde aquela época se ouvia dizer que a questão do Brasil era o ensino fundamental, era o ensino primário. Mas as verbas não iam para o ensino primário, as verbas se concentravam no ensino superior, ou as verbas eram desperdiçadas, muitas vezes, em obras de construção de prédios que não teriam utilidade depois.

Agora, não. Agora, efetivamente, a prioridade é o ensino básico. Ao dizer prioridade do ensino básico – e nem seria cabível que um professor de universidade, como o Paulo Renato ou como eu, pudesse pensar de outra maneira –, não estamos querendo dizer que o ensino na universidade não seja importante. Estamos querendo dizer outra coisa: é que, se não houver a generalização da formação a partir da escola primária, a seleção é muito apertada, nós desperdiçamos talentos e os que chegam à universidade serão muito menos competentes e muito menos numerosos do que poderiam ser, se nós tivéssemos feito, há mais tempo, o que estamos começando a fazer agora, que é revolucionar a escola primária.

E isso não significa só construir escolas. O Ministro mostrou, aqui, que nós temos condições de atender, basicamente, aos alunos pela faixa de idade. Significa algo muito mais difícil do que construir escolas. Significa retreinar os professores, mexer nos currículos, dar outro conteúdo à educação, motivar a criança, dar condição à família da criança, dar alimentação à criança, que se faz no Brasil, e melhorar a condição de vida do professor, dando salários mais adequados.

Isso é muito difícil, num país da vastidão do Brasil e com a sua escassez de recursos. E o mecanismo proposto na mudança constitucional, que vai fazer com que haja uma redistribuição de renda, de tal maneira que o Governo Federal possa aportar mais recursos para a educação e que os recursos sejam dados em proporção, efetivamente, ao número de estudantes que cada unidade da Federação e cada nível, estadual ou municipal, realmente oferece ao ensino, isso é uma revolução branca.

Quantas vezes ouvi, no Sul, de onde sou – quantas vezes – que era uma vergonha propor um gasto de 300 reais por aluno e um salário médio de 300 reais para o professor! É porque não sabem dos dados que foram aqui mostrados, que o salário aqui, no Nordeste, varia de 30 reais a 280 reais. Se soubessem isso, não iam fazer gritaria inútil, ridícula, motivada pelo desconhecimento da realidade e dizer que 300 reais são uma vergonha. Vergonha é o que se paga hoje. E quanto mais pudermos pagar, mais pagaremos, mas quando pudermos pagar. O Brasil, hoje, pode enfrentar a proposta que o Ministro Paulo Renato e o Congresso Nacional tornaram uma proposta vitoriosa. E essa proposta tem de ser, e vai ser, implementada.

Eu me junto ao apelo do Ministro para que os Governadores do Nordeste se apressem, como já se apressaram o Governador de Sergipe e o Governador do Ceará, para antecipar a vigência desse programa, porque ele não só renderá mais recursos na região, porque o Governo Federal então poderá aportar recursos, como, mais importante que isso, ele começará mais cedo a preparar o professorado para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia na escola e o retreinamento dos professores e, portanto, a melhoria do ensino. Isso é fundamental.

E essas questões não se resolvem com demagogia. Se há uma característica neste governo, e não é só do Governo Federal não, é que hoje há um estilo de governar que está mudando o Brasil. E o Governador Maranhão é um exemplo disso. Esse estilo de governar que está mudando não está baseado na demagogia, não esconde as dificuldades, não diz “sim” a tudo porque não pode, mas, quando diz “sim”, se empenha para que as questões se realizem, e, quando for inevitável, diz um “não”, para preparar um “sim” amanhã.

Essas transformações são fundamentais para que nós possamos avançar na questão educacional. Este seminário, hoje, que discute a questão da repetência e a maneira de fazer um fluxo mais rápido na aprovação dos alunos é fundamental também, pelas razões que já foram aqui enumeradas, que não preciso repetir. Pode parecer ao grande público que isso não tenha importância, mas tem uma importância imensa, porque são milhões – são milhões como os dados aqui mostra-

ram – de crianças que ficam marginalizadas dentro da escola, porque não tiveram condição de acompanhar a faixa da sua idade, com a ilusão de que, ao repetir, aprendem, mas ficam paralisadas, talvez atrapalhando as que estão no momento adequado da idade, e não vão adiante porque ficam, finalmente, cheias de complexo por não poderem acompanhar e acabam não aprendendo nada.

Então nós temos que enfrentar essa questão sem nenhum temor e fazer com que haja, realmente, um fluxo mais rápido, em que nós possamos deixar de avaliar o aluno simplesmente pela nota, “aprova ou reprova”, e fazer uma avaliação de outro tipo, que é o que está sendo feito aqui. Uma avaliação que não é do aluno, é da nossa capacidade, de nós, professores, de nós, Governo, de ensinar adequadamente, de motivar adequadamente e de fazer com que as coisas possam se processar com mais naturalidade. Isso é um novo traço que está começando a existir no Brasil.

É que os programas não têm que ser apenas desenhados como bons programas, tem-se que ver depois qual foi o resultado deles. O que dói a quem governa o Brasil é ver que, muitas vezes, se pedem os recursos, os recursos são dados e não são bem utilizados.

Eu tenho dito há alguns meses algo um pouco arriscado, que vou repetir aqui: nós começamos a viver no Brasil uma situação na qual nós passamos de uma escassez absoluta de recursos para uma outra situação, em que começa a haver algum recurso, mas talvez não haja ainda a capacidade de bem gastá-lo. Tão importante quanto demandar o recurso é saber se ele vai ser bem aplicado. E só se pode saber se ele vai ser bem aplicado se houver a avaliação do resultado do programa no qual ele foi investido.

Não tem sentido despejar recursos sem fim e não se saber, depois, que resultado isso teve. Oitocentos milhões de reais é muito dinheiro. É preciso saber o resultado dele. Não apenas esses recursos estavam paralisados – já me refiro a esse fato daqui a pouco – na questão do programa de educação no Nordeste, como não se sabia sequer se o que foi gasto foi bem gasto. Daqui por diante nós temos que ter na nossa mentalidade cotidiana que o recurso público saiu do povo, é o dinheiro

do pobre também. É um dinheiro, portanto, que tem que ser sagrado para o gestor da economia pública. Ele tem que estar se perguntando o tempo todo se aplicou bem e se o resultado, mesmo que a intenção seja boa, é um resultado positivo ou é um resultado negativo. Nós temos que avaliar cada vez mais.

Mais uma vez, louvo o Ministério da Educação, que introduziu o provão. Professor que tem medo de prova, aluno que tem medo de prova não são dignos de estar na escola. Tem que haver avaliação. Eu disse isso aos reitores reunidos e me constrangi ao ver que alguns deles se opuseram à avaliação. Professor universitário que não quer ser avaliado, que não abre o seu cérebro, que não demonstra o que sabe, que não está disposto a discutir com o outro, a saber se, realmente, ele tem competência ou não, não é professor universitário, é burocrata que está ganhando um salário no fim do mês e não é digno, talvez, desse salário, porque não se expõe à avaliação, e o dinheiro que vai pagá-lo é público, não é privado.

Nós temos que mudar a mentalidade e temos que avaliar, e avaliar do jeito correto, como está sendo feito. Não estamos fazendo com que o estudante que não passe pela avaliação seja punido, mas a escola sim. E não punida burocraticamente, pela própria avaliação da sociedade, emulada para que melhore, e aí sim o que se deve cobrar do Governo é que ajude a escola a ter melhores condições para que ela possa melhorar. Essa é a nova mentalidade que se está implantando no Brasil.

Isso a que nós estamos assistindo aqui, à experiência do Maranhão, e espero que se convidem os outros secretários do Brasil todo para que eles utilizem essa experiência, que eles generalizem essa experiência. É assim que se progride. Não se resolve uma obra educacional num período de um ano, três anos, quatro, cinco, seis, são dez, vinte, trinta, não importa. Tem que começar e tem que fazer.

Todos os estudos sobre desenvolvimento econômico e social hoje mostram que o fator-chave, a partir de certo momento, para uma nação realmente crescer de maneira sustentada e poder, efetivamente, integrar-se no mundo contemporâneo, o fator-chave foi a educação, seguido do da saúde. Não há outro.

Nós hoje dispomos, repito, de alguns recursos, dispomos de certa capacidade de investimento. O nosso futuro está sendo jogado na nossa capacidade, ou não, de educarmos o nosso povo, de melhorarmos a tecnologia, de termos um conhecimento específico mais elevado, de sermos capazes de transformar tudo isso em alguma coisa que dê acesso às populações mais carentes, porque a única maneira mais eficaz de distribuição de renda no mundo moderno é através da qualificação. O resto é ilusão. É a qualificação que vai permitir que aqueles que hoje não têm acesso aos bens de consumo, a um salário mais digno, às vezes até mesmo ao emprego, possam ter perspectiva e esperança de acesso e transformar essa perspectiva e essa esperança em realização concreta.

É, portanto, fundamental o que os senhores estão fazendo. Fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, fundamental para a cidadania, fundamental para o bem-estar social, fundamental para a felicidade dos povos. Ninguém poderá ter uma vida digna se não tiver um horizonte cultural mais aberto, que possa permitir opções, escolhas, fruição dos bens culturais, da natureza e do próprio convívio nas relações humanas. Essa é a grande transformação que está ocorrendo no Brasil e nessa transformação os senhores professores têm uma posição central.

Vi que o programa de apoio à educação no Nordeste teve, até 94, um desempenho medíocre. Começou a ser retomado.

Nesta semana, jantei com o Presidente do Banco Mundial no Palácio da Alvorada. O Ministro Paulo Renato estava lá. O Brasil era considerado pelo Banco Mundial um dos piores países em termos do desempenho dos programas. O Banco dava o empréstimo, o Brasil não utilizava o empréstimo, pagava uma taxa por não utilizar o empréstimo e, quando o banco ia avaliar os programas, eles eram considerados pouco eficazes. Pois bem, eu ouvi do Presidente do Banco Mundial que hoje o Brasil se coloca entre os dois ou três países com melhor desempenho. Isso em três anos. Se em três anos se podem mudar esses aspectos, por que não mudar com mais velocidade, por que não avançar mais no conjunto dos programas que estão sendo propostos? Nós podemos, nós temos condições de fazê-lo. A condição é simples: seriedade na gestão,

motivação, abertura democrática, uma discussão dos problemas, determinação e cobrança. Cobrança de eficiência, cobrança dos desempenhos, e o povo saberá cobrar depois de nós para saber se o nosso desempenho como dirigentes foi ou não foi competente.

Tenho certeza, não obstante as dificuldades, que os avanços estão sendo concretos neste terreno educacional.

Queria, portanto, felicitá-los a todos que aqui estão. Não tive o prazer de poder aprender mais diretamente os mecanismos pelos quais chegaram às decisões que estão chegando no que diz respeito a esse programa específico da aceleração no processo de promoção de uma séria a outra, de tal maneira que se mantenham as faixas de idade, mas pelo menos tive a possibilidade de ver que existe, já, um certo consenso nessa matéria.

Não queria me furtar, também, já que estamos aqui na Paraíba, aqui em João Pessoa e, portanto, no Nordeste, de fazer algumas referências a alguns problemas que foram mencionados pelo Governador Maranhão e que são problemas que também têm que ser enfrentados. O Governador Maranhão mencionou duas ou três obras importantes, no que diz respeito à questão de transportes e turismo.

O Governador sabe de meu empenho pessoal, dentro das limitações orçamentárias, de fazer com que essas questões avancem, como foi no caso da 230. Ele já mencionou que tinha que dar 10%, ele deu 52% como adiantamento, portanto registrei bem que isso significa que nós temos que compensar, e é verdade, mas, de qualquer maneira, acho que nós não temos, também, na questão física, atitude que possa ser diferente daquela que temos na questão educacional. Tem de haver convergência entre os poderes federal, estadual e municipal. Fora disso, não há solução nem para a saúde, nem para a educação, nem para construir uma estrada. Temos que ter esforços conjuntos.

Eu estou disposto, portanto, a continuar discutindo com o Governador Maranhão e a ver o que será possível fazer. Não posso me antecipar porque não conheço os estudos do Ministério dos Transportes, sobretudo na BR-101 e na religação de Cabedelo para cá e daqui a Campina Grande. A BR-101 está em fase de privatização, me diz o Governador.

Vamos, em conjunto, discutir, como discutiremos com o Prefeito Cícero de Lucena tudo o que for necessário nessa área.

Mas há um outro problema mais desafiador, que o Governador mencionou. Há, vez por outra e, infelizmente, com certa frequência, longas estiagens no Nordeste. Vamos torcer para que não haja. Se houver, vamos enfrentá-las de modo diferente. Chega de fazermos apenas frente de trabalho, o Governo já dispõe, hoje, de programas, como os Senadores da Paraíba que vieram comigo no avião viram. Nós não somos um governo tateando a esmo, nós temos projetos, nós temos linhas em vários setores. Se por acaso houver qualquer estiagem, por que não acelerar esses programas e dar trabalho efetivo, e não, pura e simplesmente, fazer com que se esteja dando um trabalho para simplesmente permitir a sobrevivência? Vamos acelerar esses trabalhos.

Sobretudo, há uma questão que foi mencionada pelo Governador Maranhão e que foi mencionada por todos os nordestinos, é a questão hídrica. Os senhores sabem que o meu governo se empenhou em terminar obras que não estavam concluídas. O Senado da República fez um levantamento dessas obras. Espero que os senadores possam, no fim do meu mandato, verificar os esforços que nós fizemos para concluir essas obras. E algumas nós iniciamos, como o Canal de Souza. Sabe o Governador também do meu empenho pessoal nisso. E meu empenho se deve àquilo que prometi na Paraíba, em homenagem a um Governador que havia falecido, Antonio Mariz, que foi meu colega. Nós iríamos atender a um sonho dele, que era o de fazer o canal Coremas, na Baixada de Souza. Nós estamos fazendo e vamos terminar neste governo. Daqui a pouco nós vamos para o Rio Grande do Norte. O Governador sabe dos esforços que estamos fazendo em conjunto. Fizemos lá a barragem de Pataxós e agora vamos a Angicos. Vamos ver uma outra obra hídrica. Da mesma maneira como, em Pernambuco, fomos a Serra Talhada e fomos, também, verificar a Adução do Oeste, que está em marcha. Da mesma maneira como no Ceará, onde estamos fazendo o Castanhão, que é um açude três vezes maior que Orós.

Estamos retomando, portanto, obras que estavam paralisadas há dezenas de anos, basicamente porque a inflação impedia qualquer projeto

de maior prazo, de mais longo prazo. Retomamos tudo isso. Certamente, nós vamos ter que enfrentar a questão de água para beber, e o rio São Francisco tem água para beber. Vamos ter de enfrentar essa questão. O Ministro Catão sabe, porque tem minha autorização e está em contato com o Inpi, e nós estamos verificando para que nós tenhamos, realmente, certeza. Não se pode fazer uma obra dessa magnitude – e o Ministro Cícero de Lucena sabe, porque foi Ministro de Assuntos Regionais, desse empenho meu, como sabe o Ministro Krause, que tem sido o artífice da retomada dessas obras hídricas aqui no Nordeste –, não se pode tomar uma decisão dessa magnitude sem que, realmente, nós tenhamos certeza de que o assunto pode ser resolvido positivamente.

Nós estamos já numa fase técnica. É possível que dentro de 120 dias tenhamos a decisão a respeito disso. Acredito que com estudos sérios se definirá a possibilidade de se abastecer, com maior tranquilidade, esse conjunto de obras que estão sendo feitas no Nordeste.

Portanto, o Nordeste não está, no Governo da República, como alguma coisa à margem. Eu disse algumas vezes que o Nordeste não era problema, era solução. Disse, também, que o grande desafio do Brasil é o desafio da distribuição de renda às camadas mais pobres. Os dados todos mostram que sem uma recuperação muito forte do Nordeste, o Brasil não terá enfrentado esse desafio. E nós estamos, portanto, não só prometendo, mas criando as bases para que esse desafio possa ser enfrentado. Isso não quer dizer que o Governo da República reduza a questão do Nordeste à questão da água, porque não pode ser reduzida à questão da água. É preciso fazer o que se está fazendo aqui na Paraíba. Aqui, em Campina Grande, temos indústrias têxteis competitivas, temos indústrias de calçados competitivas.

Veja por outra vejo os governadores do Nordeste indo ao Centro-Sul e ao Sudeste para ver se convencem algum industrial a trazer empresas para cá. Vejo, de vez em quando, um outro governador lá do Sul, um pouco ansioso por isso, para que não ocorra. Eu, pelo contrário, tenho dado o meu entusiasmo para que ocorra isso, para que as indústrias se descentalizem e venham para o Nordeste, como assinei uma medida provisória permitindo que houvesse a indústria automobilística no

Nordeste. Disse que faria isso e fez. Só Deus sabe a ginástica que é, no plano mundial, para poder garantir esses subsídios. Só Deus sabe o esforço pessoal que tenho que fazer porque nós, muitas vezes, contrariamos não só interesses, mas até mesmo acordos. Não obstante, não se avança se não houver, realmente, um certo impulso. E esse impulso o Governo Federal tem dado na medida, naturalmente, da prudência que é necessária nessa matéria.

Temos apoiado a reorganização dos portos: porto de Pecém, no Ceará, que possibilita uma siderúrgica; a privatização de porto de Itaquira, no Maranhão, que também possibilita uma siderúrgica; e o Porto de Suape, em Pernambuco, para não falar do porto de Sergipe, que hoje já está feito lá, com grande êxito, e do porto de Cabedelo, que foi estadualizado.

Portanto, nós não temos, simplesmente, uma visão à antiga sobre o Nordeste, mas uma visão nova, de que o Nordeste tem que se integrar ao processo competitivo de formação de riqueza, de distribuição de riqueza. Quando formos, daqui a pouco, ao Rio Grande do Norte – está aí o Dr. Rennó, da Petrobras –, nós vamos selar um acordo que foi pedido pelos rio-grandenses-do-norte e que o Senador Fernando Bezerra, que é presidente da Confederação Nacional de Indústrias, sabe disso, como sabe o Senador Geraldo Mello e como sabe o Governador, que nós fizemos, e o Senador José Agripino. E nós, então, vamos fazer um acordo chamado Pólo de Gás-Sal, porque isso vai permitir algo que é muito importante, que é a produção da barrilha no Rio Grande do Norte. A federação na Petrobras está sendo feita para que o gás possa gerar energia. E o Governador do Sergipe não precisa ficar aflito, porque o Sergipe é muito bem dotado e vai ter um apoio de igual envergadura ao do Rio Grande do Norte.

De qualquer maneira, o que estou querendo mostrar aos senhores é que, hoje, nós temos um projeto nacional. Não se trata de um projeto de desenvolvimento de um pedacinho do Brasil, nós temos um projeto nacional, um projeto em marcha. Mas queria concluir dizendo que esse projeto, por mais que tenha expressão física, de estradas, de fábricas, de obras hídricas, não terá sentido, se não houver, realmente, um forte empenho na educação.

Termino como comecei, dizendo que o fundamental, para qualquer país, mormente para um país da desigualdade do Brasil, é, realmente, esse esforço na educação. As obras que estão sendo feitas, e outras muitas que espero que virão, o investimento privado que está vindo para o Brasil, nada disso terá uma continuidade, nada disso poderá ser realmente competitivo, se não for o povo brasileiro, se esse povo não tiver capacidade de aprender, de se informar, de progredir, de ser treinado e de, realmente, se integrar a esse mundo novo que está surgindo.

Quantas vezes eu ouvi críticas a mim porque disse que, nesse processo de globalização – não o escolhi, é uma realidade –, aqueles que não tiverem a capacidade de determinar de que maneira vão entrar nele, entrarão nele pela porta dos fundos e serão globalizados sem que tenham uma definição das suas estratégias de participação nesse processo.

Para isso, para que nós possamos ter essa estratégia, nós temos que ter uma população educada e competente. E o mundo do futuro é um mundo no qual a educação não vai ser apenas alfabetização, vai ser a capacidade de lidar com os computadores. Essa capacidade de lidar com os computadores, o Ministro da Educação está começando a enfrentar. Essa capacidade tem que ser disseminada na escola, até na escola primária, porque o analfabeto, no futuro, vai ser aquele que for incapaz de entrar na Internet e de mexer no computador, e nós temos que formar, já, os nossos letrados de amanhã.

Se nós fizermos isso – e por isso fui criticado, repito aqui –, vamos ver que, efetivamente, nós vivemos num mundo que está renascendo, com certas dimensões do antigo Renascimento, que foi a primeira vez em que, por causa de uma certa forma de uma certa globalização, descobriram-se culturas que não se conheciam na Europa e houve um desafio do espírito humano, uma base tecnológica imensa, uma verdadeira revolução no modo de produzir, que deu no Renascimento. O pior cego é o que não quer ver, é o que fica chorando por um passado que já foi e não se prepara para, no presente, ter um futuro que está aí.

Se nós nos prepararmos, se fizermos, realmente, uma revolução branca na educação, vamos entrar nesse novo mundo com as forças, com o espírito dos renascentistas, que não tinham medo de nada, por-

que sabiam que o homem é a medida de todas as coisas e tudo depende, pura e simplesmente, portanto, da melhor preparação do homem – e da mulher, obviamente.

Se nós tivermos essa noção, se nós tivermos essa convicção, se nós tivermos força, se nós formos, realmente, capazes de entender qual é o desafio, um país como o Brasil poderá entrar nesse processo do novo milênio com o espírito renascentista, acreditando na razão e sabendo que o homem e a mulher são a medida de todas as coisas.

Muito obrigado aos senhores.